



TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

360

**Por uma economia política estruturalista (parte 1):
o corpo teórico da “Escola de Campinas” e a origem dos
capitalismos**

Pedro Paulo Zahluth Bastos

Agosto 2019



UNICAMP

ie Instituto de
economia

Por uma economia política estruturalista (parte 1): o corpo teórico da “Escola de Campinas” e a origem dos capitalismo¹

Pedro Paulo Zahluth Bastos²

Resumo

Este texto para discussão é o primeiro de uma série que busca contribuir para sintetizar o corpo teórico da Escola de Economia da Universidade Estadual de Campinas (“Escola de Campinas”) sobre o capitalismo. Partindo de obras de análise e interpretação do capitalismo e suas transformações no Brasil e no mundo, procura-se 1) extrair algumas hipóteses teóricas a partir dos estudos de processos históricos que elas explicaram, 2) generalizá-las a ponto de facilitar novos esforços de mediação teoria-história tendo por objeto outras matérias no espaço e no tempo, 3) articulá-las com alguns dos estudos teóricos da Unicamp e 4) integrá-las de modo coerente para oferecer um quadro conceitual das contribuições teóricas da Escola. Minha hipótese é que há três macro-objetos cuja abordagem teórica é distintiva da Escola de Campinas: 1) a origem histórica das diferenças estruturais do capitalismo no espaço e no tempo e, em particular, do capitalismo tardio; 2) a dinâmica das estruturas capitalistas; 3) a mudança estrutural do capitalismo no espaço e no tempo. Este texto para discussão trata apenas do primeiro macro-objeto sem abordar, ainda, o capitalismo tardio brasileiro, seguindo-se de outros que tratarão dos demais macro-objetos.

Palavras-chave: Escola de Campinas; Capitalismo tardio; Transição para o capitalismo; Centralização do capital; Revolução tecnológica; Fases do capitalismo; Economia política estruturalista.

Abstract

The working paper is the first of a series that intends to present synthetically the theoretical corpus of the Economic School of the University of Campinas (“Campinas School”) about capitalism. Considering some of its academic works analyzing and interpreting capitalism and its transformations in Brazil and in the world, the aims are to 1) abstract some theoretical hypothesis from the study of historical processes that they tried to explain, 2) generalize them to enable news efforts at mediating theory-history considering other objects in space and time, 3) articulate them with some theoretical studies at Unicamp, and 4) integrate them in a coherent way to offer a conceptual frames of the theoretical contributions of the School. My hypothesis is that there are three macro-objects whose theoretical approach is distinctive of the Campinas School: 1) the historical origin of the structural differences of capitalism in space and time and, in particular, of the late capitalism; 2) the dynamics of the capitalist structures; 3) the structural change of capitalism in space and time. This working paper tackles only the first macro-object without considering, at this stage, the Brazilian late capitalism, and will be followed by others that will approach the additional macro-objects.

Keywords: Campinas School; Late capitalism; Transition to capitalism; Centralization of capital; Technological revolution; Phases of capitalism; Structuralist political economy.

JEL O10, O57, P10, P52.

(1) Este texto para discussão e os que seguem incorpora e aprofunda reflexões feitas nas teses de doutorado (2001) e no memorial de livre-docência (2014) do autor. Neste sentido, agradeço às conversas sobre o tema com meu orientador, Luiz Gonzaga Belluzzo, assim como os comentários recebidos à época por Alonso Barbosa de Oliveira, Carlos Aguiar de Medeiros, Fernando Nogueira da Costa, Flavio Saes, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Paul Singer, Paulo Baltar, Reginaldo Moraes e Wilson Cano. Em geral, como ex-aluno de vários membros fundadores da Escola de Campinas, creio que acumulei algumas informações privilegiadas sobre a questão. No entanto, procuro me ater a textos publicados para expor seus conceitos e problemáticas com a maior objetividade possível, ainda que minha compreensão deles seja informada por aulas e conversas pessoais com seus autores, que serão citados ao longo dos textos. Já minhas críticas e sugestões de aperfeiçoamento são mais subjetivas, embora tenham sido alimentadas por relações simpáticas com os membros da Escola ao longo do tempo. Tento não confundir minhas posições como as posições da Escola de Campinas, embora seja influenciado por elas e procure influenciá-las. Neste sentido, os erros de interpretação e análise são de minha responsabilidade, embora os acertos sejam muito menos. Há quase quinze anos, Mariano Laplane me incentivou a publicar as notas prévias deste texto e, há poucas semanas, Celio Hiratuka e Denis Maracci reforçaram o incentivo. Agradeço-os pelo apoio. Críticas e sugestões são bem-vindas.

(2) Professor Associado do IE-Unicamp. Contato: ppzbastos@gmail.com.

1 Introdução

O que caracteriza a chamada Escola de Economia da Unicamp ou Escola de Campinas? Muitos colegas e alunos me fazem a pergunta. A questão é muito pertinente porque não há um manual, tese ou livro que indique o que caracteriza esta Escola, mas o público heterodoxo sabe que ela existe e, no mainstream, pelo menos se pressente que ela existe.

Este texto para discussão tem por objetivo principal responder à pergunta e contribuir para sintetizar as teorias fundamentais que caracterizam a Escola de Campinas. O fato que uma Escola de pensamento se confunda com uma localização geográfica dificulta a resposta. Primeiro, porque a denominação da Escola com base na localização (Campinas) não faz qualquer alusão ao conteúdo teórico desta Escola. Segundo, porque nem todos os professores que dão aula no Instituto de Economia da Unicamp se identificam com a Escola de Campinas, entendida como um corpo de pensamento e não apenas como uma instituição de ensino e pesquisa de economia localizada em Campinas. No entanto, este corpo de pensamento existe e muitos professores se identificam com ele, inclusive fora de Campinas. Aliás, intelectuais de universidades como a USP e a UFRJ foram parceiros fundamentais na constituição da Escola de Campinas, como veremos.

Outra dificuldade é que a Escola de Campinas nasceu com uma démarche histórico-prática. Isto é, procurou entender as origens e o desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil com o objetivo indisfarçável de reformá-lo pela esquerda. A dificuldade para a síntese teórica não está no fato de que a sede de conhecimento era multiplicada pela vontade apaixonada de enfrentar as injustiças e os limites ao desenvolvimento econômico-social do país. Afinal, os intelectuais da Escola de Campinas sempre duvidaram da neutralidade política arrogada pelos técnicos conservadores que apoiavam e/ou trabalhavam para a ditadura militar instituída em 1964, concentrados em instituições como a FGV-Rio e a USP. Em qualquer dos lados, o posicionamento político explícito ou mal disfarçado não é, em si, critério de rejeição prévia da pretensão de rigor científico, aliás seguindo um neoliberal assumido como Milton Friedman (1951; 1953).

A dificuldade está no caráter histórico dos estudos fundamentais da Escola de Campinas. Não que estes estudos procurassem descrever processos de modo positivista. Eles procuravam explicá-los e estavam repletos de hipóteses teóricas. No entanto, a questão da mediação entre teoria geral e história concreta não foi apenas, como veremos, um tema de reflexão e pesquisa na Escola de Campinas, mas algo que impossibilitava a tarefa ingenuamente simples de “aplicar” uma teoria à história. A busca da mediação teoria-história, ao invés da aplicação da teoria à história, parece ter levado ou a estudos históricos que nem sempre destilavam explicitamente suas teorias ou a estudos teóricos que às vezes não tinham a história senão como referência indireta, muito embora pudessem ser motivados pela necessidade de intervenção prática urgente.

As principais exceções são as teses de Maria da Conceição Tavares e de Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, como veremos. Isto não torna, de modo algum, os demais trabalhos da Escola de Campinas menos interessantes, mas torna mais difícil apresentar uma síntese teórica dela.

Assim, na falta de outra síntese teórica, o texto para discussão arrisca uma apresentação cuja matéria prima é formada pelas próprias hipóteses teóricas presentes nos estudos históricos da Unicamp. Não houve, até então, um esforço para simultaneamente 1) extrair algumas hipóteses teóricas a partir dos estudos de processos históricos que elas explicaram, 2) generalizá-las a ponto de facilitar novos esforços de mediação teoria-história tendo por objeto outras matérias no espaço e no tempo, 3) articulá-las com

alguns dos estudos teóricos da Unicamp e 4) integrá-las de modo coerente para oferecer um quadro conceitual das contribuições teóricas da Escola.

Um esforço desta magnitude sempre será imperfeito, mas antes tarde do que nunca. Sem mais delongas, minha hipótese é que há três macro-objetos cuja abordagem teórica é distintiva da Escola de Campinas: 1) a origem histórica das diferenças estruturais do capitalismo no espaço e no tempo e, em particular, do capitalismo tardio; 2) a dinâmica das estruturas capitalistas; 3) a mudança estrutural do capitalismo no espaço e no tempo.³

A simples classificação dos macro-objetos revela a importância do capitalismo como temática e conceito organizador da reflexão. Como veremos, é daí que vem a importância de teóricos clássicos como Marx, Keynes e Schumpeter e das tradições que fundaram. Aí reside também o ponto fulcral da questão da mediação teoria-história: se é o capitalismo que existe na história, por que e como ele só existe em manifestações históricas diferentes? É por causa deste falso paradoxo que as teorias não são simplesmente “aplicadas”: seus conceitos devem ser “historicizados” para conferir nexos de sentido à própria história. Cada capitalismo é síntese complexa do geral e do particular, como Fernando Novais ensinou direta ou indiretamente a milhares de alunos em Campinas. Talvez adaptando a síntese célebre de Novais, cada ciência social tende a usar a matéria histórica, às vezes anacronicamente, para explicar ou ilustrar relações universais no caso particular. Já a história, enquanto disciplina, tende a usar cada ciência para reconstituir a particularidade da matéria histórica, historicizando seus conceitos. Consciente disto, o economista da Unicamp não deve substituir a explicação pela descrição, mas deve rejeitar a explicação anacrônica, simplista e fora do lugar.⁴

No percurso teórico que se segue, o esforço didático envolverá algumas simplificações na exposição de teorias inspiradoras da Escola de Campinas e de suas próprias contribuições teóricas, o que pode entediar e até desgostar especialistas aqui e ali, mas que é necessário para os não especialistas. Também escapa ao escopo do artigo aprofundar os conceitos relativos ao tempo histórico (estrutura, dinâmica, conjuntura, mudança estrutural, ruptura de época, avanço, atraso, entre outros) que surgem em meio à discussão, pois sua enorme complexidade exigiria um livro.⁵ Na falta de um tratamento mais extenso e rigoroso destes conceitos, peço boa vontade ao bom entendedor para considerá-los *cum grano salis* sem rejeitar o uso desde logo. Afinal, este texto para discussão pode ser encarado como um convite para reflexão e debate mais do que uma última palavra.

No final do percurso teórico, proponho uma denominação que diz respeito ao próprio corpo teórico e não à localização geográfica da Escola de Campinas: Economia Política Estruturalista. Creio que esta denominação é a que melhor sintetiza os elementos teóricos que caracterizam a Escola de Campinas, como pretendo mostrar a seguir.

2 A teoria da origem dos capitalismo

A inspiração teórica para entender a origem do(s) capitalismo(s) é Marx e a tese da acumulação primitiva do capital, assim como a tradição marxista que pensou os capitalismo atrasados. O problema da

(3) Este Texto para Discussão trata apenas do primeiro macro-objeto, seguindo-se de outros que tratarão dos demais.

(4) Evidentemente, a reconstituição e a descrição são necessárias para a tarefa rigorosa de formação e crítica da memória social que é especialidade dos historiadores. Sobre as relações entre história e ciências sociais, ver Novais (2005; 2008), Novais e Forastieri (2011) e Arruda (2014; 2015).

(5) Aliás, para isso o leitor pode consultar avaliações mais abalizadas que as minhas nas obras de Vilar (1980), Arostegui (1995; 2004), Abbott (2001), e Sewell (2005; 2008).

origem histórica e da mediação teoria-história perpassa a obra fundadora *O capitalismo tardio* de João Manuel Cardoso de Mello e é desenvolvido comparativamente por Carlos Alonso Barbosa de Oliveira em *Processo de industrialização: Do capitalismo originário ao atrasado*. O argumento que autoriza a historicização do capitalismo tardio com uso das categorias de Marx é que ele teria apenas fixado, n'Ó Capital, os momentos lógicos da transição para o capitalismo ou suas condições de possibilidade, ou seja, não fez uma história do caso inglês nem definiu uma lei geral de emergência do sistema.⁶

Na tradição marxista, o capitalismo é um modo de produção orientado para a acumulação de capital em busca de lucros através da exploração do trabalho assalariado, por meio da produção e venda de mercadorias (bens e serviços). A relação social básica envolve a classe capitalista e a classe trabalhadora. Os capitalistas monopolizam os meios de produção e por isso tem poder econômico sobre os trabalhadores. Os trabalhadores não têm a opção de gozar do ócio ou, como classe, de trabalhar por conta própria, mas precisam alugar sua força de trabalho para sobreviver. Logo o mercado de trabalho é a outra face da concentração dos meios de produção, ou seja, é em si a marca de uma desigualdade fundante do capitalismo. Por sua vez, o progresso técnico dos meios de produção controlados pelos capitalistas aumenta seu poder econômico: amplia a produtividade do trabalho e, ao mesmo tempo, desemprega trabalhadores. O aumento da concorrência no mercado de trabalho trazido pelo desemprego tende a limitar salários e, assim, destina aos capitalistas os benefícios do aumento da produtividade do trabalho. A relação social parece ser mediada por contratos de trabalho livremente negociados no mercado, mas se reproduz de forma estruturalmente assimétrica a partir do momento em que as classes capitalista e trabalhadora surgem historicamente.

Partindo desta teoria, a Escola de Campinas toma de Marx três condições econômicas de origem do capitalismo: 1) a concentração de meios de produção e capital-dinheiro na classe capitalista, 2) o surgimento de uma classe de trabalhadores que não possuem meios de produção e que alugam sua força de trabalho no mercado de trabalho, e 3) o desenvolvimento do mercado como instância em que os sujeitos sociais estabelecem relações econômicas, onde os capitalistas vendem mercadorias e os trabalhadores adquirem seus meios de subsistência.

Embora estas três condições devam existir em cada sociedade capitalista, elas surgem através de diferentes processos históricos no espaço e no tempo, articulados a condições políticas e culturais mais amplas. A diversidade de origens ocorre em parte porque cada sociedade tem um diferente passado pré-capitalista. E em parte porque a difusão do capitalismo é desigual e combinada no mundo. É por isso que a análise histórica deve distinguir teoricamente o capitalismo originário inglês, os capitalisms retardatários e os capitalisms tardios, como discutiremos. Afinal, o surgimento e desenvolvimento das primeiras sociedades capitalistas altera as condições de emergência do capitalismo nas sociedades pré-capitalistas que experimentam o impacto da expansão mundial do sistema. Como veremos, o avanço ou o atraso histórico também têm consequências sobre a própria estrutura e, portanto, sobre a dinâmica dos capitalisms.

Como se sabe, a análise feita por Marx da “acumulação primitiva de capital” (cap. 24 d'Ó Capital) tem por base o que a Escola de Campinas chamaria de “capitalismo originário” inglês. Marx recorre a vários estudos históricos para mostrar que a violência foi fundamental para o surgimento do capitalismo: o cercamento de terras comunais por aristocratas e capitalistas rurais concentrou as terras e expulsou camponeses para as cidades, criando ou aumentando muito a escala do mercado de trabalho urbano. Tais estudos históricos foram acrescidos e confirmados posteriormente, servindo de base para a reflexão teórica da Escola da Campinas sobre a origem dos capitalisms.

(6) A discussão seguinte de Marx recupera e aprofunda temas abordados em Bastos (2017).

O poder de Estado também foi fundamental para concentrar o capital-dinheiro na mão de grandes comerciantes que eram apoiados pela rivalidade mercantilista entre as nações europeias, que lutavam pelo monopólio sobre colônias, entrepostos comerciais e sobre o tráfico de escravos para as regiões coloniais (como o Brasil). O período da acumulação primitiva de capital também é chamado na bibliografia de época mercantilista, capitalismo comercial ou manufatureiro. Alguns comerciantes, com o tempo, deixaram de comprar produtos dos artesãos e passaram a dirigir manufaturas para as quais contratavam trabalhadores assalariados.

As transformações tecnológicas resultariam da busca por meios técnicos que aceleravam a acumulação de capital. A manufatura aumentava a produtividade do trabalho, mas continuava dependente de uma certa qualificação artesanal dos trabalhadores (o que limitava o tamanho do mercado de trabalho) e era limitada pela capacidade física e pelo ritmo humano de trabalho. Ademais, à medida que a manufatura se expandia para atender a novos mercados, ela aumentava a demanda de trabalhadores qualificados, aumentando salários, e as encomendas de ferramentas dos artesãos especializados, reproduzindo-os.

A Revolução Industrial, a partir do final do século XVIII, destruiu com o tempo tanto o artesanato quanto a manufatura, ao mudar a base técnica da produção para o sistema de máquinas. Ao fazê-lo, ela passou a criar e reproduzir o mercado de trabalho moderno, sem a necessidade de coerção física direta na escala dos cercamentos e do escravismo moderno. É este processo que a Escola de Campinas, seguindo Marx, denomina de “autodeterminação do capital”: a constituição das bases técnicas funcionais para a aceleração da acumulação de capital e para a expansão do poder econômico dos capitalistas sobre o mercado de trabalho. E também do poder econômico das nações industriais sobre regiões coloniais e semicoloniais. Como veremos, as bases industriais do capitalismo continuarão a ser transformadas por inovações tecnológicas ao longo do tempo, aprofundando o atraso econômico das regiões não industrializadas que foram ou seriam colonizadas pelos Impérios ocidentais onde o capitalismo se originou e desenvolveu.

A primeira revolução tecnológica capitalista é a própria Revolução Industrial inglesa. Para escapar das limitações da manufatura, seus proprietários difundiram invenções técnicas e introduziram máquinas movidas por força inanimada (na época, o vapor da queima de carvão), que aumentavam a produtividade do trabalho e, ao mesmo tempo, o desqualificavam. Com isso, artesãos independentes eram arruinados e precisavam alugar sua força de trabalho para os industriais, ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho era inundado por mulheres e crianças, trabalhadores rurais arruinados e mesmo vagabundos urbanos, o que rebaixava salários até o nível de subsistência (ou aquém).

O ponto de Marx é que a injustiça é prévia ao próprio mercado de trabalho e é inerente a uma relação social que é estruturada antes dele, mas reproduzida através dele. Pode-se até concordar que o salário é suficiente para reproduzir a mercadoria que o trabalhador aluga, ou seja, sua força de trabalho, de modo que a transação mercantil que leva a um contrato de trabalho pode envolver a troca de equivalentes. Ela é, no entanto, condicionada por uma desigualdade estrutural entre capitalistas e trabalhadores, a propriedade ou não de meios de produção (incluindo o capital-dinheiro). Esta desigualdade é reproduzida de modo ampliado a cada processo de produção, dada a tendência de limitação dos salários aos níveis de subsistência do trabalhador, forçando-o a alugar-se a cada período. Embora a Escola de Campinas parta desta compreensão do mercado de trabalho, veremos que ela vai conferir importância a aspectos político-institucionais na determinação da taxa de salários e da distribuição de renda em geral.

Um ponto crucial para entender a expansão global desigual do capitalismo é que a industrialização originária muda de modo irreversível o contexto histórico em que outros processos de desenvolvimento capitalista podem ocorrer. É claro que o impacto é diferente nos países soberanos de passado feudal que experimentavam um processo de expansão dos mercados semelhante ao inglês, de um lado, e nas regiões

coloniais, de outro. No continente europeu e nas colônias do Nordeste americano, as manufaturas passam a concorrer com a grande indústria inglesa, limitando seu potencial de acumulação e expansão no mercado mundial e mesmo em seus mercados internos. Já as regiões menos desenvolvidas, sobretudo as coloniais, são induzidas ou forçadas a especializar-se na mineração e em plantations exportadoras de matérias primas e alimentos, importando bens industriais.

Estes impactos desiguais se aprofundam à medida que a própria estrutura setorial da indústria de transformação é transformada. A industrialização inglesa concentrou-se no setor de bens de consumo (têxtil e vestuário), mas aumentou a demanda interindustrial de máquinas-ferramentas e outros bens de produção, às vezes produzidos com técnicas artesanais em manufaturas intensivas em trabalhadores qualificados. Contudo, em algumas décadas a máquina a vapor transbordaria seu ramo original para revolucionar o setor de transportes com a ferrovia e o navio a vapor, estimulando a industrialização do setor de bens de produção e seu crescimento relativamente ao setor de bens de consumo. A produção de máquinas por meio de máquinas também se expande. Assim, a reprodução ampliada do capitalismo amplia mercados interindustriais e gera retornos crescentes de escala e inovações na produção de máquinas e ferramentas especializadas. Os mercados externos gerados pelas exportações e o gasto público continuam importantes, mas os mercados internos interindustriais se expandem acelerada e ciclicamente à medida em que o setor de bens de produção se diversifica industrialmente. Tais transformações geram um novo tipo de ciclo econômico associado à expansão endógena da capacidade produtiva induzida pela concorrência entre capitalistas que não coordenam decisões *ex-ante*, e que superproduzem para além da demanda efetiva. Ou seja, a mudança estrutural transforma a dinâmica conjuntural, como discutiremos.

A mudança estrutural também faz novas exigências para as industrializações retardatárias. No caso inglês, uma vez que o poder de Estado garantiu os mercados externos e a criação do mercado de trabalho, os requisitos para a industrialização do ponto de vista de escalas de produção, técnicas e finanças eram relativamente pequenos e podiam ser superados por empresas familiares. No entanto, os requisitos de escala, planejamento, tecnologia e financiamento cresceriam com as ferrovias e a industrialização dos bens de produção. O mesmo ocorreria mais tarde regularmente a cada revolução tecnológica do capitalismo, na segunda, na terceira ou na quarta das revoluções industriais, como veremos.

O ponto teórico da Escola de Campinas é que as industrializações retardatárias não poderiam repetir as condições da industrialização originária e requeriam inovações institucionais profundas. Não se tratava apenas de imitar as instituições liberais anglo-saxãs, como proposto pelo neo-institucionalismo à la Douglass North, Daron Acemoglu e James Robinson. A inspiração crítica era o historiador econômico Alexander Gershenkron, que havia proposto um modelo teórico bem menos simplista e anacrônico para compreender a diferença institucional dos casos atrasados de industrialização.

Para Gershenkron (1952[2015]), a principal variável que diferenciaria as industrializações seria o grau de atraso de que partiriam, em relação aos países já industrializados. O autor russo inspira-se em Toynbee ao usar o modelo de tensão entre desafio e resposta: quanto maior o atraso, maior o desafio, e mais diferenciada a resposta institucional. Maior também seria o prêmio para os países capazes de superar os desafios, pois maior seria a bagagem de inovações tecnológicas a ser copiada. Os desafios crescentes seriam de três ordens: 1) maior exigência de qualificação técnica da mão de obra (proletários e camadas médias técnicas); 2) aumento do tamanho médio das plantas, e das escalas de investimento mínimo; 3) maior exigência de coordenação e complementação de investimentos realizados simultaneamente, por causa das complementaridades, indivisibilidades e economias externas das plantas e cadeias produtivas mais complexas.

Assim, o grau de atraso implicaria variações no ritmo de industrialização, mudanças na estrutura produtiva e na direção institucional do processo de industrialização. Primeiro, no que tange ao ritmo, não seria possível repetir o gradualismo e a sucessão de etapas que acompanhou o crescimento orgânico das empresas familiares e a transição dos ramos de bens de consumo para a liderança do setor de bens de produção no caso inglês. O salto industrializante deveria ser mais rápido e menos gradual, queimando etapas e indo diretamente para investimentos de grande escala. Segundo, a aceleração do tempo histórico se relaciona com mudanças na estrutura produtiva, uma vez que a indústria pesada de bens de produção, de maior escala e requisito financeiro e tecnológico, ganhava importância frente à indústria têxtil. Terceiro, aceleração do tempo e complexidade da tarefa tornavam a empresa familiar típica do caso inglês um modelo insuficiente para o desafio das industrializações retardatárias. De fato, as inovações institucionais apontavam para a maior presença de bancos e Estados na concentração, centralização e coordenação no uso de recursos.

É com base neste modelo teórico que Gershenkron analisou as industrializações retardatárias. Para além das empresas familiares do capitalismo originário, o novo papel de centralização e coordenação de recursos seria ocupado, em combinações variáveis, primordialmente por grandes sociedades anônimas (EUA), bancos de investimento (França), grandes bancos universais (Alemanha), e pelo Estado (Rússia e Japão). Os desafios eram tanto maiores quanto maior o atraso relativo, fazendo das assimetrias econômicas internacionais obstáculos cumulativos e dificilmente reversíveis. Sendo assim, a teoria e a evidência comparativa não corrobora o argumento de que o desenvolvimento econômico se desdobraria segundo uma mesma lógica desde que os países imitassem as instituições liberais anglo-saxãs. Ao contrário, Gershenkron demonstra como a exigência centralizadora e coordenadora no terreno institucional tinha correspondência evidente no plano da inovação ideológica. O liberalismo inglês era substituído por ideologias nacionalistas mobilizadoras que explicavam e legitimavam o esforço de centralização requerido pela industrialização. Tudo isto em um quadro geopolítico em que o atraso industrial representava uma ameaça à própria soberania nacional, dada a industrialização dos meios de guerra. Alexander Hamilton, Friedrich List, os Romanov e os Meiji não se preocupavam apenas com as consequências econômicas do atraso industrial nos Estados Unidos, na Alemanha, na Rússia e no Japão, mas com a vulnerabilidade militar nacional resultante.

A crítica feita a Gershenkron pela Escola de Campinas na figura de Barbosa de Oliveira é que o historiador não qualifica o grau de atraso com uma tipologia estrutural das situações de atraso. O grau de atraso não pode ser medido pelo tempo físico linear, pois o tempo histórico do capitalismo é marcado por cortes estruturais que representam rupturas de época. Assim, o atraso nacional é marcado por descontinuidades estruturais em função da época histórica do capitalismo mundial: trata-se da época da acumulação primitiva do capital, do capitalismo concorrencial, do capitalismo monopolista ou da financeirização com corporações globais? Em cada época, os desafios não são apenas maiores, são estruturalmente diferentes.

Como aludimos, a obra fundadora *O capitalismo tardio* é a base da reflexão sobre os padrões anteriores de industrialização. Simplificando por ora, o capitalismo tardio é a industrialização que ocorre na época do capitalismo monopolista em um país de passado colonial. Há aqui uma dupla determinação para classificar temporalmente a emergência do capitalismo: a época do capitalismo mundial, e a estrutura da sociedade local, pré-capitalista, em transição. Esta marca de origem tem consequências fundamentais e de longa duração sobre a estrutura e a dinâmica de tal capitalismo, como veremos. Barbosa de Oliveira estendeu a periodização dos processos de industrialização para as experiências anteriores às do capitalismo tardio, com base na dupla determinação aludida acima. Assim, haveria três padrões de formação do capitalismo: 1) originário, na época da acumulação primitiva em país de passado feudal (a Inglaterra); 2)

atrasado, na etapa concorrencial do capitalismo em países de passado feudal (Europa continental) e de colônia de povoamento inglês (EUA); 3) tardio, na etapa monopolista, a partir de passado colonial, com burguesias importadoras e agrárias dominantes nacionalmente, mas integradas ao mercado mundial de forma subordinada.

Cada caso pertinente a cada um dos três padrões tem particularidades únicas. Por exemplo, a França e Alemanha não reproduzem o mesmo modelo institucional de industrialização. No entanto, os casos se diferenciam menos dentro de cada padrão do que entre padrões diferentes, uma vez que há problemas, restrições e oportunidades típicos de cada época histórica.⁷

Quadro 1
Capitalismo: formas estruturais e condicionantes históricos

Forma histórico-estrutural	Momento global da concorrência (fase do capitalismo avançado)	Estrutura pré-capitalista local
Capitalismo originário	Acumulação primitiva	Passado feudal
Capitalismo retardatário	Capitalismo concorrencial	Passado feudal
Capitalismo tardio	Capitalismo monopolista	Passado colonial

Barbosa de Oliveira estuda os casos da Inglaterra, EUA, França, Alemanha, Rússia e Japão, enfatizando a forma específica de coordenação e centralização de recursos, assim como as ideologias que animam e legitimam o esforço de coordenação. É central a questão da direção política dos projetos nacionais de desenvolvimento, ou seja, suas bases sócio-políticas concretas. Na mesma direção de Gerschenkron, identifica-se a importância de novas formas de centralização de capital nas experiências atrasadas da primeira onda (França e Alemanha), com projetos nacionais de industrialização amparados em bancos universais e de investimentos. No caso da segunda onda que ocorre ainda na época do capitalismo concorrencial (Japão e Rússia), há maior participação direta do Estado em empreendimentos e no controle de mecanismos de coordenação e centralização de capitais. Em todos os casos, o Estado assume o papel histórico de apoio à formação do mercado de trabalho assalariado, de superação das barreiras para a integração do mercado nacional, e de sua proteção internacional. Nos casos da segunda onda, contudo, o Estado assume papel coordenador na definição de planos setoriais, na negociação da participação de capitais estrangeiros e/ou na tomada de empréstimos externos.

A descrição e especialmente a explicação das mediações históricas é orientada teoricamente, embora a elaboração teórica não seja explicitada. Ou melhor, há discussão ampla das três condições de

(7) Podemos exemplificar com a série de perguntas de Barbosa de Oliveira (1985 [2003], p. 4-5) feitas em crítica à teoria do desenvolvimento de W.W. Rostow: "...como não levar em conta as diferenças históricas entre a Inglaterra do século XVIII e a América Latina do século XX? Como apagar determinantes essenciais como o fato da Inglaterra, no século XVIII, ser a maior potência colonial do mundo e os países latino-americanos do século XX constituírem economias subordinadas a nível mundial? Como não levar em conta que as industrializações do século XIX nos países europeus então atrasados implicavam na implantação de setores industriais pouco complexos, de um ponto de vista técnico, que exigiam poucos volumes de capitais, e que qualquer industrialização do século XX é obrigada a implantar uma indústria pesada com escalas de produção gigantescas, o que exige montantes de capitais incompatíveis com as disponibilidades dos países de capitalismo tardio? Em resumo, o caráter abstrato e teoricista das abordagens da teoria do desenvolvimento acaba por deixar de lado aquilo que deveria ser o próprio objeto da teoria: a explicação das diferenças específicas dos processos de desenvolvimento. E estas diferenças são essenciais pois explicam as distintas dinâmicas dos processos de desenvolvimento". Este estilo de crítica a Rostow foi antecipado por Fernando Novais (1973 [2005]).

possibilidade para a emergência do capitalismo antes da abordagem das diferentes formas históricas nas quais se manifestaram no espaço e no tempo. No entanto, a tradição marxista não serve apenas como inspiração para entender as mediações históricas diversas de cada forma de emergência das condições gerais do capitalismo. Há uma hipótese teórica sobre a evolução do capitalismo que organiza o próprio entendimento do avanço e do atraso histórico: a tendência de concentração e centralização do capital.⁸

Em uma formulação sintética, a concentração de capital designa a tendência de crescimento da unidade de capital que passa pelo processo de reprodução ampliada, reinvestindo parte dos lucros na expansão das escalas. A acumulação de capital, entendida dinamicamente como reprodução ampliada, aumenta escalas (em várias dimensões). Embora este processo possa ser entendido a partir do capital em geral, o conceito é momento de uma aproximação sucessiva para entender a concorrência intercapitalista. Já o conceito de centralização do capital alude diretamente à concorrência. Designa a centralização do capital social geral e dos mercados em um número decrescente de unidades de capital maiores. Concentração e centralização são intimamente relacionados. Afinal, o aumento das escalas técnicas e financeiras minimamente competitivas expulsa unidades de capital com custos elevados, protege lucros extraordinários e barra entrantes potenciais. A competição elimina as unidades menos competitivas, aumenta a escala dos sobreviventes e, portanto, as barreiras à entrada de novos competidores menores e menos capacitados. Concentração e centralização do capital são diferentes dimensões da acumulação de capital no longo prazo, em que a concorrência seleciona as unidades que sobrevivem porque crescem, que crescem ainda mais porque sobrevivem. Na sabedoria popular dos profissionais da administração de empresas, quem não se expande perece. Quem demora muito a entrar não entra mais.

A centralização do capital era entendida por Marx em dois sentidos, ao mesmo tempo como causa e como efeito do processo de seleção concorrencial. Como efeito, a centralização tem o significado mais conhecido de redução do número de unidades de capital de escala crescente. No entanto, a centralização também pode ser entendida como a causa da seleção concorrencial, ou melhor, como arma no processo de seleção concorrencial. Marx trata aqui das inovações na institucionalidade financeira do capitalismo e é explícito quanto a este significado: “podemos dizer que, com a produção capitalista, constitui-se uma potência inteiramente nova: o sistema de crédito, que em seus primórdios insinua-se sorrateiramente como modesto auxílio da acumulação e, por meio de fios invisíveis, conduz às mãos de capitalistas individuais e associados recursos monetários que se encontram dispersos pela superfície da sociedade em massas maiores ou menores, mas logo se converte numa arma nova e temível na luta concorrencial e, por fim, num gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais.”⁹

No fundo, Marx argumenta que o próprio capitalismo se transforma para superar os limites colocados por sua organização institucional prévia ao desenvolvimento das forças produtivas. Marx não abandona a hipótese original que o sistema esbarra em seus próprios limites, ou seja, autodetermina sua própria crise. No entanto, a mutualização financeira, a centralização e coordenação de múltiplos capitais individuais, é entendida como uma inovação institucional que manifesta certa capacidade de adaptação do capitalismo aos desafios da superação das crises que gera e da continuidade do desenvolvimento das forças produtivas. É claro que ele também afirma que tal aceleração apenas aumenta o potencial futuro de superprodução e crise, ponto que será desenvolvido no texto para discussão sobre a teoria da mudança estrutural do capitalismo. Não obstante, a hipótese de transformação da institucionalidade financeira em

(8) Para a discussão do problema teórico na Escola de Campinas, ver Coutinho (1974), Belluzzo (1975 [1980]), Tavares e Belluzzo (1980), Mazzuchelli (1983 [1985]), Braga (1985), e Possas (1987; 1989).

(9) Marx (1867 [2013], p. 702). Ver cap. 23, item 2, para maior aprofundamento.

direção a graus superiores de coordenação do capital social e de potencial de progresso técnico e científico permite pensar cortes estruturais na história do capitalismo de modo a facilitar o entendimento inclusive de sua expansão desigual e combinada em escala mundial. O capitalismo só é o mesmo sendo diferente historicamente, no espaço e no tempo.¹⁰

É esta tendência interna ao capitalismo que implica cortes estruturais que marcam rupturas de época, quando a centralização do capital se acumula para produzir um ponto de viragem na revolução técnica e organizacional das unidades de capital e, portanto, nas formas de concorrência. Assim, a diferença entre tempo físico e tempo histórico que distingue a Escola de Campinas e Gershenkron reside, no fundo, na hipótese teórica relativa à tendência de concentração e centralização do capital e seus efeitos estruturais sobre a concorrência intercapitalista, e não apenas em pesquisa histórica mais acurada ou detalhada, como também é o caso.¹¹

De todo modo, a Escola de Campinas explora uma questão não desenvolvida com profundidade por Marx, dados os limites de sua época histórica e a hipótese de que o capitalismo esbarraria em seus próprios limites e na resistência da classe trabalhadora em breve. Ora, se a centralização financeira se expressa em inovações institucionais que manifestam graus superiores de coordenação do capital social, por que ela precisa se limitar a agentes privados? Afinal, se o Estado burguês é até certo ponto uma instância

(10) Nas palavras de Marx (1867 [2013], p. 703): “A centralização complementa a obra da acumulação, colocando os capitalistas industriais em condições de ampliar a escala de suas operações...A extensão aumentada de estabelecimentos industriais constitui por toda parte o ponto de partida para uma organização mais abrangente do trabalho coletivo, para um desenvolvimento mais amplo de suas forças motrizes materiais, isto é, para a transformação progressiva de processos de produção isolados e fixados pelo costume em processos de produção socialmente combinados e cientificamente ordenados... O mundo ainda careceria de ferrovias se tivesse de ter esperado até que a acumulação possibilitasse a alguns capitais individuais a construção de uma estrada de ferro. Mas a centralização, por meio das sociedades por ações, concluiu essas construções num piscar de olhos. E enquanto reforça e acelera desse modo os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera, ao mesmo tempo, as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam a parte constante deste último à custa de sua parte variável, reduzindo, com isso, a demanda relativa de trabalho. As massas de capital fundidas entre si da noite para o dia por obra da centralização se reproduzem e multiplicam como as outras, só que mais rapidamente, convertendo-se, com isso, em novas e poderosas alavancas da acumulação social. Por isso, quando se fala do progresso da acumulação social, nisso se incluem – hoje – tacitamente os efeitos da centralização.”

(11) A mediação teoria-história entre a tendência geral de concentração e centralização do capital e a mudança nas formas históricas de concorrência é capturada assim por Frederico Mazzuchelli (1983[1985], p. 9-11): “Sua maior limitação (da literatura econômica de inspiração marxista) decorre, a nosso juízo, de uma tentativa obsessiva de ‘aplicar’ os resultados teóricos de Marx ao ‘ao movimento real do capital’, sem mediações de qualquer índole, sejam teóricas ou históricas...A nosso ver, a notável construção de Marx esclarece definitivamente as determinações imanentes e as leis gerais de movimento do modo capitalista de produção. O conhecimento, contudo, não se esgota na consideração de tais leis e determinações. Seu avanço exige mediações, tanto no plano da teoria quanto no plano da história. Noutras palavras, partindo das determinações conceituais do capital, trata-se de alcançar um duplo objetivo. De um lado, através da inclusão da concorrência e suas determinações, estabelecer os fundamentos da teoria da dinâmica econômica, tarefa que não pode prescindir das contribuições de Keynes, Kalecki, Schumpeter e Steindl, entre outros... seus resultados se inscrevem num plano – o da concorrência – não estudado do modo sistemático por Marx...A questão se desloca então para a relação que se estabelece entre as leis imanentes e as leis de concorrência, ou, se se quiser, para o sentido em que se dá a ‘execução’ das ‘leis internas do capital’ por intermédio da concorrência. Vale dizer: esclarecidas as determinações gerais do capital, trata-se de analisar os mecanismos que asseguram sua realização no interior da concorrência intercapitalista, o que implica, portanto, a consideração de novas determinações. Por outro lado, o que se impõe é a apreensão das transformações fundamentais do regime de produção, de maneira a localizar como a realização de suas tendências imanentes redundam no estabelecimento de novas formas estruturais de existência. O monopólio, por exemplo, ‘surge como um desenvolvimento e combinação direta das propriedades do capitalismo em geral’ (Lenin) e promove modificações não desprezíveis na estrutura e dinâmica do sistema...as transformações em curso no início do século indicavam que as leis gerais do capitalismo se realizavam através de alterações radicais no modo de existência do sistema. Mas a caracterização de etapas ou fases não basta. É necessário, a partir delas e da reflexão histórica, identificar padrões de desenvolvimento capitalista, o que significa reter as determinações gerais dessa produção e, ao mesmo tempo, avançar na compreensão das ‘situações reais’. Vale dizer: os distintos capitalisms, se não são idênticos, tampouco se configuram como ‘singularidades irredutíveis’”.

de organização coletiva de classe, suas próprias mudanças institucionais desde o Estado “guarda-noturno” desenvolvem um potencial político de coordenação das ações anárquicas das unidades de capital. Isto é, o próprio Estado pode transformar-se, ou melhor, ser transformado para acelerar o processo de centralização financeira e o correspondente progresso técnico nos quadros do capitalismo.¹²

O uso estatal do poder de coordenação para a ação coletiva que não está no horizonte de capitalistas individuais, e a capacidade única de mobilização de recursos pela tributação pode servir para a centralização de capital tanto nos países avançados quanto nos atrasados. Por um lado, tamanha coordenação e centralização acelera a mudança da composição orgânica do capital, ou seja, a revolução das técnicas intensivas em capital que ampliam a produtividade do trabalho e reduzem custos. Por outro, aumenta o atraso histórico no tempo da concorrência capitalista daquelas formas nacionais de organização do capital e do Estado que não se adaptam para enfrentar os desafios novos colocados pelas inovações institucionais, tecnológicas, financeiras e políticas. Quem não muda perece. Isto vale tanto para entender tanto o impacto da grande corporação por sociedade anônima estadunidense, quanto o capital financeiro alemão, o keiretsu japonês, o chaebol coreano e a transformação das relações entre Estado e empresa operada na China em nossa época histórica.

O atraso histórico assume, assim, uma conceituação mais precisa: diz respeito ao atraso no tempo descontínuo da evolução da concorrência capitalista em escala global. Como o capitalismo tende a superar, como “contradição em processo” que se transforma historicamente, as crises estruturais e limites colocados por sua organização institucional prévia, as regiões atrasadas são aquelas onde as transformações estruturais e as adaptações institucionais ocorrem de modo limitado ou sequer ocorrem. Uma ou mais das revoluções tecnológicas e das formas históricas superiores de coordenação de decisões e mobilização de recursos lhes passaram ao largo. Ou melhor, mesmo onde o capital estrangeiro penetra nas regiões atrasadas com a incorporação limitada de novas tecnologias e práticas competitivas, as lógicas gerais de centralização do capital e complexidade crescente do setor de bens de produção encontram limites institucionais e tecnológicos para nelas se desenvolver. A trajetória da acumulação de capital, do desenvolvimento tecnológico e do crescimento econômico tem nelas um horizonte limitado estruturalmente. Seu atraso não se mede em tempo físico, mas à luz das discontinuidades históricas que não conseguiram saltar. Isto vale tanto para uma economia que abriga um mero enclave mineral explorado com tecnologias modernas, outra que incorporou plantas da Segunda Revolução Industrial em meio a grande heterogeneidade industrial e até para outra que tem um enclave de montagem de bens de consumo de alta tecnologia.

Neste sentido, a expansão do capitalismo em escala global não se caracteriza apenas pelo desenvolvimento desigual, mas pelo desenvolvimento desigual e combinado. Nas regiões atrasadas, formas e práticas do capitalismo concorrencial, da acumulação primitiva e mesmo de modos de produção pré-capitalistas tendem a persistir e até conviver com a entrada do capital estrangeiro oriundo dos capitalismos avançados de modo desigual e combinado. São resistências de modos de produção anteriores ou de formas históricas pretéritas do capitalismo que se articulam contraditoriamente com a expansão do capitalismo

(12) Como se sabe, na tradição marxista, Trotsky (1906 [2011]) e (1930 [1978]), Hilferding (1910 [1981]), Luxemburg (1913 [2015]), Bukharin (1915 [1972]) e Lenin (1917 [2011]) pensaram originalmente a integração entre concorrência monopolista e rivalidade imperialista estatal, com reflexos sobre a organização institucional das empresas e do próprio Estado. Gershenkron, um russo radicado nos EUA na época do macartismo da Guerra Fria, não os cita pelo mesmo motivo por que acadêmicos brasileiros o faziam com moderação na época da ditadura militar. Para diferentes formas de tratamento teórico do Estado na Escola de Campinas, ver Cardoso de Mello (1977), Draibe (1985) e Prado (1985).

global e que, nas regiões atrasadas, reproduzem heterogeneidade estrutural, baixo dinamismo, alta desigualdade e vulnerabilidade externa, ou seja, o subdesenvolvimento periférico.¹³

É por isso que é necessário pensar a dupla determinação dos processos de industrialização, em última instância condicionados pela época histórica da concorrência intercapitalista mundial, em primeira instância pela capacidade de resposta e mesmo de adaptação mais ou menos virtuosa local. E como o papel da coordenação estatal se aprofunda historicamente, não basta pensar os limites e oportunidades postos pela estrutura econômica local. É obrigatório refletir sobre os limites e oportunidades da política e do potencial de coordenação e centralização que implica.

É por isto que ao pensar a política a Escola de Campinas procura ir além de Gershenkron ao tomar a questão da revolução industrial não como um problema apenas econômico (e muito menos técnico), de modo que a análise deve ir além da industrialização propriamente dita para entendê-la como uma base material do capitalismo. Assim, a industrialização, seus limites e potencialidades, se relacionam a um conjunto de processos econômicos e lutas sociais associadas à emergência do capitalismo → concentração de capital-dinheiro, mercantilização generalizada, e mercado de trabalho de assalariados desprovidos de meios de produção - e de suas classes sociais básicas, distintas das camadas sociais pré-capitalistas. Por isso, é preciso complementar a análise da gênese das estruturas econômicas do capitalismo com a análise das lutas sociais em torno a estas estruturas e às instituições e políticas do Estado que conduzirá e emergirá de cada processo nacional de transição, como discutiremos em breve para o caso brasileiro.

Referências bibliográficas

- ABBOTT, A. (2001). *Time matters: on theory and method*. Chicago: University of Chicago Press.
- ARÓSTEGUI, J. (1995). *La investigación histórica*. Teoría y método. Barcelona: Crítica.
- ARÓSTEGUI, J. (2004). *La historia vivida*. Sobre la historia del presente. Madrid: Alianza.
- ARRUDA, J. J. A. (2015). Fernando Novais: um marxista pascaliano. *Economia e Sociedade*, v. 24, n. 1, p. 201-214.
- ARRUDA, J. J. A. (2014). *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Alameda, 2014.
- BASTOS, P. P. Z. (2001). *A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954)*. Tese (Doutorado)–Campinas: Unicamp.
- BASTOS, P. P. Z. (2017). Macroeconomia e mercado de trabalho: as principais teorias e o Brasil contemporâneo. *Revista Ciências do Trabalho*, São Paulo, n. 7, p. 51-107.
- BELLUZZO, L. G. (1975 [1980]). *Valor e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- BRAGA, J. C. S. (1985). *Temporalidade da riqueza: uma contribuição à teoria da dinâmica capitalista*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp.

(13) A influência direta e indireta da categoria de desenvolvimento desigual e combinado na reflexão latino-americano sobre subdesenvolvimento é demonstrada por Ronald Chilcote (1974; 1984; 2009). Embora o tema escape ao escopo deste artigo, é digno de nota que o subdesenvolvimento se relaciona também com o grau de permanência e escala de formas violentas de enriquecimento e controle político e social. Recentemente, Erik Reinert (2010) revisitou a relação entre atraso material e baixo potencial de enraizamento institucional de formas democráticas e pacíficas de distribuição do poder e riqueza nos chamados “*failed, failing, and fragile states*” das regiões subdesenvolvidas. Por conta do subdesenvolvimento, elas também estão mais sujeitas a crises “*malthusianas*” associadas a colheitas agrícolas. E embora pouco ou nada tenham contribuído historicamente para a emissão de gases poluentes responsáveis pela mudança climática, tais regiões são altamente vulneráveis ao colapso ambiental associado ao desenvolvimento capitalista global: Oxfam (2015), Byers et al. (2018).

- BUKHARIN, N. (1915 [1972]). *Imperialism and world economy*. London: Martin Lawrence Ltd.
- BYERS, E. et al. (2018). Global exposure and vulnerability to multi-sector development and climate change hotspots. *Environmental Research Letters*, v. 13, n. 5.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. (1975 [1987]). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. (1977). O Estado brasileiro e os limites da estatização. *Ensaio de Opinião*, n. 5.
- CHILCOTE, R. (1974). Dependency: a critical synthesis of the literature. *Latin American Perspectives*, v. 1, n. 1, p: 4-29, Mar.
- CHILCOTE, R. (1984). *Theories of development and underdevelopment*. Boulder: Westview Press.
- CHILCOTE, R. (2009). Trotsky and Development Theory in Latin America. *Critical Sociology*, v. 35, n. 6, p. 719-741.
- COUTINHO, L. (1974). *Maturity and internationalization of oligopoly capitalism*. PHD, Cornell University.
- DRAIBE, S. M. (1985). *Rumos e metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FRIEDMAN, M. (1951). Neoliberalism and its prospects. *Farmand*, February 17, p. 89-93.
- FRIEDMAN, M. (1953 [1966]). The methodology of positive economics. In: ESSAYS in positive economics. Chicago: Univ. of Chicago Press.
- GERSHENKRON, A. (1952 [2015]). *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Celso Furtado.
- HILFERDING, R. (1910 [1981]). *Finance capital: a study of the latest phase of capitalist development*. London: Routledge & Keegan Paul.
- LENIN, V. (1917 [2011]). *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/Unicamp.
- LUXEMBURG, R. (1913 [2015]). The accumulation of capital: a contribution to the economic theory of imperialism. In: HUDIS, P.; LE BLANC, P. (Org.). *Rosa Luxemburg: the complete works of Rosa Luxemburg, Volume II, Economic Writings 2*. London: Verso.
- MARX, K. (1867 [2013]). *O capital I: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo.
- MAZZUCHELLI, F. (1983 [1985]). *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- NOVAIS, F. (1973[2005]). Sistema colonial, industrialização e etapas do desenvolvimento. In: NOVAIS, F. (2005). op. cit.
- NOVAIS, F. (2005). *Aproximações: Estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify.
- NOVAIS, F. (2008). Fernando Novais: entrevista. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 42, n. 2, p. 15-31.
- NOVAIS, F.; FORASTIERI DA SILVA, R. (2011). Introdução: para a historiografia da Nova História. In: NOVAIS, F.; FORASTIERI DA SILVA, R. (Org.). *Nova História em perspectiva*, v. I: Propostas e desdobramentos. São Paulo: Cosac Naify.
- OLIVEIRA, C. A. B. (1985 [2003]). *O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo, Editora da Unesp.

OXFAM (2015). *Extreme carbon inequality: why the Paris climate deal must put the poorest, lowest emitting and most vulnerable people first*. Available from: <https://oxf.am/2FMYtY2>.

POSSAS, M. L. (1987). *Estruturas de mercado em oligopólio*. São Paulo: Hucitec.

POSSAS, M. L. (1989). *Dinâmica e concorrência capitalista: uma interpretação a partir de Marx*. São Paulo: Hucitec.

PRADO, S. R. R. D. (1985). *Descentralização do aparelho de Estado e empresas estatais: um estudo sobre o setor público descentralizado brasileiro*. Dissertação (Mestrado)—Campinas: Unicamp.

REINERT, E. (2010). The economics of failed, failing, and fragile states: Productive structure as the missing link. In: KHAN, S.; CHRISTIANSEN, J. (Ed.). *Towards new developmentalism: market as a means rather than master*. London: Routledge.

SEWELL JR., W. H. (2005). *Logics of history: social theory and social transformation*. Chicago: University of Chicago Press.

SEWELL JR., W. H. (2008). The temporalities of capitalism. *Socio-Economic Review*, v. 6, p. 517-537.

TAVARES, M. C.; BELLUZZO, L. G. (1980). Capital financeiro e empresa multinacional. *Temas de Ciências Humanas*, v. 9, p. 113-124.

TROTSKY, L. (1906 [2011]). *Balanço e perspectivas*. São Paulo: Sundermann.

TROTSKY, L. (1930 [1978]). *História da Revolução Russa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VILAR, P. (1980). *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. Barcelona: Crítica.